

## HISTÓRIA CIÊNCIA

---

Não há a menor dúvida que a história é ciência, pois tem leis, se repete e é exata nas relações de causa e efeito.

Que a história se repete, não há a mais insignificante dúvida. Desde que as causas sejam as mesmas, as conseqüências têm que ser rigorosamente as mesmas. Caso haja variação nas causas, os efeitos variarão na mesma proporção.

É extremamente difícil a reunião de causas exatamente iguais. As probabilidades dessa reunião talvez não atinja a uma por mil. Talvez, por essa extrema raridade, é que os efeitos dificilmente se apresentam iguais. Uma pequena variação das causas, muitas vezes em seus aspectos secundários ou na sua coloração apenas, importa em resultados diferentes. Essa aparência de efeitos diferentes engana ao observador menos avisado e êle conclui erradamente que a história não se repete! Não vê que as causas se modificaram! Que essas causas tomaram outra coloração e, por consequente, que as cenas apresentadas devem ser ligeiramente diferentes.

Não obstante isso, vemos a repetição de quadros históricos.

Assim, o Planalto paulista viveu dois séculos e meio, repetindo cem, duzentas, mil vezes, a mesma situação social, psicológica, demográfica, política, sentimental, econômica, etc. Desde 1550, que essa região viveu em rigorosa autarquia, causada pelos mesmos complexos irremovíveis de fatores básicos, até que, em 1796, pela construção da "calçada do Lorena", êsse complexo se alterou e as conseqüências, também, proporcionalmente, se alteraram. A autarquia, inegavelmente existente no século XVI, continuou nos séculos XVII e XVIII, por que?

Evidentemente, porque as causas continuaram. Houve ou não repetição? É evidente que houve repetição! A conseqüência só deixou de se repetir, quando o complexo causal se alterou pela superveniência de novo fator que modificou a situação.

Até hoje, entretanto, se não há uma rigorosa repetição histórica em relação ao Planalto, do que houve nos três primeiros séculos, há entretanto, a conservação evidente de uma certa analogia que empresta à situação planaltina uns certos laivos de autarquia, que, não obstante a superveniência da S.P.R. (hoje ferrovia Santos-Jundiaí), da Mayrink-Santos e da via Anchieta, ainda observáveis.

Dessa observação seguida de raciocínio, é facilímo se concluir a lei histórica de que: tôda autarquia social, psicológica, humana, econômica, sentimental, moral, política, etc., está na razão direta

do isolamento geográfico. Cessado êste, por qualquer motivo, ou diminuído, também cessará, ou ver-se-á minorada a autarquia, com projetada diminuição das suas facetas.

Disso resulta uma lei da história, de precisão matemática, com a exatidão de uma fórmula química. Quantas vêzes êsse complexo causal puder ser aplicado, repetir-se-ão com cronométrica constância e com cristalina evidência, as mesmas conseqüências e, por conseguinte as mesmas cenas, os mesmos quadros e as mesmas páginas da história.

Ainda uma repetição de clareza meridiana testemunha a história de Portugal. Em 1385, tivemos uma situação resolvida pela batalha de Aljubarrota. Dois séculos depois, uma situação semelhante cenificou-se em Portugal. Então em 1580, Portugal que tinha sua população modificada, também teve a situação resolvida de forma diametralmente oposta. Por que?

Portugal, em 1385, tinha em sua população, um certo índice, ou um certo coeficiente eugênico ou em eficiência; ou ainda, tinha uma certa proporção de super-normais.

Nos dois séculos que se seguiram, êsse índice, êsse coeficiente, ou essa proporção, por vários motivos, diminuíram ou se amesquinharam e a questão foi resolvida exatamente de maneira oposta. Evidentemente, a população portugueza havia decaído muito! As seleções intersticiais, entre as quais, a operada com a expulsão dos judeus, realizada em 1495, por D. Manuel, a determinada pelas correrias dos navegantes lusos, pelo longínquo Oriente e a resultante da matança de Alcacer-Kibir, em 1578, diminuíram, de tal modo o capital eugênico da população portugueza, que foi possível a miséria moral de um Cristovão de Moura, o captador dos votos portuguezes, na vergonhosa aclamação de Tomar, quando Felipe II, o rei estrangeiro foi escolhido para a corôa portugueza, vaga com a triste e ridícula morte do rei-cardeal D. Henrique e a debandada de Alcântara. Êsses acontecimentos eram o atestado mais evidente do *fim de raça* que era o índice da decadência de Portugal, que tinha a sua população dessorada pelas seleções.

Disso tudo, conclui-se que todo grupo humano se faz continente de maior ou menor porcentagem de super ou de infra-normais, cousa que determina os eventos da sua história.

Eis uma lei histórica firme como uma rocha, clara como um cristal, observável ante a mais simples inspeção e aplicável a todos os casos e explicando muitas ocorrências.

Além destas leis absolutas como causas de situações que a cronologia assinala, a história apresenta centenas de outras, facilmente caracterizadas e perceptíveis à mais singela observação interpretativa.

Vejamos:

Nenhum agrupamento humano pode viver permanentemente em civilização, sem uma fonte de riqueza qualquer a lhe alimentar as

precisões. Dessa lei da história, se seguem outras, igualmente aplicáveis como fatores causais de evoluções: cada povo, de conformidade com a graduação de seus rendimentos, tem maior ou menor o seu poder aquisitivo, o seu nível de vida e o seu poder de consumo.

Constitui isso ou não uma lei à qual a história obedece e explica uma série de fatos? É claro que se essa lei reaparecer, em igualdade de condições (o que é difícilimo), as conseqüências históricas também se repetirão, naturalmente diferenciadas pela intervenção de outras leis históricas.

A produção, qualquer que ela seja, só pode ser levada a efeito se se der a conjunção dos seguintes elementos:

*Ecologia*, compreendendo os ambientes externos, geográfico e social. O ambiente geográfico compreende o clima, o solo, o sub-solo, a posição geográfica, etc. O ambiente social abrange o idioma, a religião, os costumes, a forma da propriedade, a organização da família, a estabilidade da ordem, etc.

*Mão de Obra*, compreendendo os braços trabalhadores e os cérebros dirigentes empregados na produção.

*Capital*, que é a soma em dinheiro ou não, empregada na produção.

*Consumo*, que é o objetivo final da produção.

*Transporte*, que é a locomoção do produto do local da produção, para o local do consumo. Esse transporte é mais ou menos fácil, se é curto ou longo, se a travessia é amena ou arestosa. Esse transporte varia ainda se ele é terrestre, marítimo, ou de qualquer outra forma.

Qualquer um desses fatores que falte, a produção não se realizará. Se um deles for diminuto, ou se vários deles se amesquinharem, o total será menor.

Se duas regiões do mesmo país produzirem a mesma coisa, será travada uma competição econômica e vencerá, a região que melhor elaborar o produto e que puder vendê-lo por um preço mais baixo.

Naturalmente isto constitui leis na história, as quais, rígidas, imperativas e imutáveis, obrigam os sucessos que constituem a evolução dos povos. Isso não é apenas um jôgo de palavras. A prática confirma repetidamente essa lei que produz não apenas conseqüências análogas, mas verdadeira identidade.

Uma singela observação sobre tôdas as competições econômicas registradas no passado humano constata a veracidade absoluta dessa lei histórica.

Na História da Civilização Brasileira nós temos de aplicar essa lei da produção, desde os mais verdes tempos coloniais. Foi

assim que, logo na primeira metade do quinhentismo teve lugar a primeira competição econômica importante pela soma de viscerais conseqüências dela decorrentes. Foi a luta econômica em torno do açúcar, entre as capitanias do Nordeste e a capitania vicentina. Foi essa luta resolvida pelo imperativo da invariada lei da produção. A aplicação da lei resolveu a pugna econômica em favor do Nordeste, porque esta região dispondo de fatores de mais vulto, apresentou resultados mais favoráveis sob o ponto de vista econômico.

Esse é um dos magníficos exemplos da firme e inflexível lei histórica, causando de maneira flagrante, importantíssimas conseqüências que, por sua vez se fizeram causas de fatos de suma eminência.

Assim, São Vicente, em virtude da derrota econômica sofrida, ficou na mais horripilante miséria e a população, nessa situação, viu-se obrigada, em virtude da lei histórica que obriga a todo o grupo humano civilizado a ter uma fonte de riqueza, a buscar outra região de mais recursos. Nessa emergência, a população vicentina se internou, à cata de meios de vida. Foi, sem a menor dúvida, a obediência de uma lei da história, a qual não podia ser transgredida, sem que se fizesse tombar sobre os transgressores, o pêso de sua sanção. Sim, porque como toda a lei, essa também tinha a sua sanção que consistia em eliminar os indivíduos recalcitrantes que se insubordinassem contra as suas prescrições.

Com isso, a internação se fez obrigatória, em oposição visível ao que ocorria em outros núcleos coloniais. É que em relação a esses núcleos, não militavam as mesmas circunstâncias vigentes na capitania vicentina.

Enquanto que em São Vicente reinava miséria e a região se fizera inabitável, as capitanias do Nordeste eram ricas e nelas reinava a euforia, graças ao açúcar. É claro que, em São Vicente os moradores tinham que abandonar o ingrato litoral para escapar à morte; enquanto que, no afortunado Nordeste ninguém queria abandonar essa eufórica faixa litorânea que, com o açúcar, causava aos moradores todas as bem-aventuranças que uma terra civilizada poderia proporcionar. Daí terem os vicentinos, obrigados pela miséria, se internado, enquanto que os demais ficavam *arranhando o litoral, como caranguejos*. São conseqüências diferentes da mesma lei aplicada a dois casos antagônicos. Os resultados tinham que ser profundamente diferentes e opostos, até. Enquanto que os nordestinos ficaram grudados à faixa litorânea, apesar das notórias facilidades geográficas para a penetração, os vicentinos entraram para o interior e sem embargo das arestosidades da Serra, vararam todos os obstáculos e penetraram no Planalto paulista. É claro que, se tivessem vencido a luta econômica do açúcar, não teriam se afastado do litoral! Nessa internação, defrontaram-se com outra lei regedora da história, a lei da seleção física que elimina

os seres de menor capacidade biológica. De fato, pelas tremendas agruras da serra, cujas arestosidades facilmente se avaliam, só teriam passado os fortes, isto é, o elemento masculino, o elemento feminino é em regra, o mais delicado e mais frágil. Como consequência disto e, portanto, de uma lei rígida a comandar os eventos da história, os povoadores filtrados pela seleção da travessia da muralha marítima, ligaram-se às mulheres ameríndias.

Dessa situação que a Crônica nos apresenta, resultou que, no Planalto paulista a língua falada era o tupi-guarani, conforme nos diz Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* e a toponímia da terra era, cristalinamente, de origem ameríndiana.

Eis uma situação de fato decorrente de uma regra histórica.

Este fato, impulsionado pelas mesmas causas que se repetiam com uma pasmosa constância, durante século e meio, completou a toponímia sertaneja de Sorocaba, de Itú, de Atibaia, de Jundiá e do vale do rio Paraíba. Tudo, consequência de leis fatais regedoras da história. Mas não foi tudo! O Planalto não apresentava nova fonte de riqueza a explorar, de modo que, os moradores, obedecendo ainda a lei da história, acima enunciada, viram-se obrigados a recorrer ao apresamento, que foi a única fonte de riqueza a alimentar o Planalto paulista durante século e meio, possibilitando nessa região, a civilização e a colonização, embora estas fossem de pequeno vulto, na exata proporção da fonte de riqueza que era o apresamento.

Enquanto isso, lavrava no Nordeste brasileiro, a intensa euforia do açúcar. É lei regente da história, que as grandes prosperidades econômicas têm o condão de atrair massas humanas e quantidades de capitais, na proporção do seu valor e do seu volume. É a simples observação de casos concretos que o passado e o presente nos oferecem com uma limpidez de conclusão, de admirar e uma constância cronométrica de repetições, de pasmar!

Eis porque o Nordeste tangido por essa lei observada em centenas de casos, reuniu e condensou populações, capitais, atenções metropolitanas, cobiças estrangeiras, poder aquisitivo, grande nível de vida, importante mercado de consumo, etc.

Entre as consequências ocorridas no Nordeste, dessa privilegiada situação econômica, havia a cobiça holandesa que alvejava a feliz Canaã brasileira.

É fácil se depreender que, enquanto a região nordestina era ocupada pelo holandês, o tráfico africano ficou paralisado. Assim acontecendo, a mão de obra que devia ser renovada ininterruptamente, obrigou o nordestino a recorrer à mão de obra indígena para suprir de gente os seus canaviais.

Como é verdadeira uma lei regente da evolução humana, de que a densidade demográfica dos povos selvagens está na razão direta dos meios de subsistência, temos que, no Nordeste não havia grandes quantidades de índios fora da faixa litorânea, pois a

região da *caatinga* e dos campos cerrados não proporciona muitos recursos em alimentação. Daí não haver na região, grande densidade de população ameríndia. Eis que os padres jesuítas ao levarem a efeito a sua grandiosa obra de catequese, ao criarem na América sulina seu Império teocrático, não quiseram se localizar na região nordestina e sim, no sul do Brasil. Isto é sintomático e confirmado pelo fato de não haver no Nordeste, antagonismo entre colonos e jesuítas e de não se registrar apresamento na região! Assim, o nordestino, sem poder adquirir a mão de obra africana e sem apresar ameríndios *in-loco*, teve de adquirí-los no Planalto paulista, que, encontrando mercado de consumo, dedicou-se inteiramente ao apresamento, disso fazendo o seu comércio e a sua fonte de renda.

Por outro lado, o Planalto paulista, isolado do litoral pelos penhascos enristados de Paranapiacaba, não podia exportar através de tantos obstáculos, a não ser mercadoria humana que se auto-locomovesse. Eis que em estrita obediência de uma lei fixa e inamalgável regente da história, o planaltino só pôde exportar o escravo índio para o Nordeste açucareiro. E, na constância multi-secular desses eventos, o Planalto viu se repetir a história, com o rigor de uma fórmula química ou de uma equação algébrica.

Existe uma lei regente da história humana que diz que não é possível haver produção sem mão de obra; o Planalto paulista que a podia fornecer, possibilitou com ela, o enorme desenvolvimento da região nordestina. Existe uma outra lei regente da história humana que ensina que os contactos produzem a influência psicológica recíproca entre as partes que se entrecrocaram.

O comércio do açúcar entre o Nordeste brasileiro e a Metrópole portuguesa realizou esses contactos e, portanto essa região brasileira influenciou-se pelo lusitanismo metropolitano. Essa situação em que o Nordeste aparecia tão colorido de lusitanismo, contrastava de modo gritante com o isolado Planalto que albergava uma população tão divorciada do lusitanismo, quanto sem menor contacto com a Metrópole de quem só recebia descaso e esquecimento. Eram sempre as inamalgáveis leis da história que se repetiram constantemente, durante muito tempo.

O Nordeste açucareiro, com a imensa euforia causada pelo açúcar, tinha, por força, de se submeter a essa outra regra histórica, pela qual todo o foco da euforia econômica tem um poder atraidor de gente e de capital. Com isso e, em obediência a uma lei, essa região nordestina se encheu de portugueses que naturalmente trouxeram o seu espírito metropolitano. Contrastando com essa situação, o Planalto, na sua miséria, não tendo foco nenhum atraidor de massas humanas e capitais alienígenas, se apresentava isolado, a falar o guarani, com a sua toponímia indígena e como expoente de um gritante nativismo.

Como comparação dessa situação que era mera consequência das causas apontadas acima, temos que foram os planaltinos os protagonistas dos dois grandes movimentos nativistas do país:

a) A aclamação de Amador Bueno, fracassada, porque a população masculina de então, não pôde ser consultada (1).

b) A guerra dos Emboabas, na qual os planaltinos, representando o elemento nativo, tiveram contra si, os nordestinos aliados dos reinóis, representando o espírito metropolitano (2).

Ao par dessas leis imutáveis e fatais, determinando inapelavelmente os sucessos da evolução humana, a história tem normas unicamente possibilitadoras, as quais podem ou não causar certos eventos da vida humana, dependendo de outros fatores sistematizados em normas, ou simplesmente isolados ou casuais.

Entre essas normas possibilitantes estão as invasões holandesas.

A norma histórica que deu lugar a que a Holanda tentasse a conquista do Nordeste, está assente em lei da história que diz que todo foco de euforia econômica tem o poder de atração, não só de correntes emigrantistas de massas humanas e de capitais, como da cobiça imperialística das nações rápnicas que vêm conquistar êsses mesmos focos.

Qualificando ou dando cor, ou ainda completando, em suas minúcias, a causa baseada em lei geral, a norma adjetiva possibilita o evento em relação aos que queiram aproveitar a oportunidade. Em outras palavras, a lei mencionada determina a conquista. Esta constitui o fato substantivo, o principal, o determinante causal. Calcada nessa lei básica se estabelece a norma secundária que completa a principal, possibilitando a oportunidade da conquista ao grupo político que se achar em condições de aproveitá-la.

A história brasileira concretiza exemplos dêsses raciocínios, repetidamente através de vários séculos.

A princípio, a riqueza pau-brasil atraiu a cobiça da França. Eis a lei geral! Tivemos, registradas pela crônica, várias investidas de corsários franceses. Por que franceses? Êstes foram os que se aproveitaram da oportunidade. Os franceses não venceram! Defendeu-nos, indiretamente, sem o saber e sem o querer, Carlos V, que chamou sobre si, a atenção dos franceses, os quais, sem o rei espanhol e imperador alemão, teriam vencido.

Depois, no século XVII, o açúcar atraiu o holandês. Foi a repetição do que houve no século XVI. O holandês, não tendo quem o detivesse, como aconteceu com o francês, no século anterior, com Carlos V e Felipe II, tomou pé na conquista e nela de-

---

(1). — Vide o Boletim n.º 7 da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

(2). — Vide o Boletim n.º 8 da mesma Cadeira.

morou por um quarto de século. Foi expulso, somente pelo esforço heróico do nordestino, auxiliado, depois, pela política cromwelliana e pela guerra anglo-holandesa de 1651-1655.

Vê-se, com nitidez, a repetição das conseqüências das leis imutáveis que regem a história. A superveniência de outras circunstâncias que emprestam outro colorido e outras formas aparentes e externas aos sucessos, dá a estes, aspectos vários aos capítulos que consignam fases diferentes do passado humano; o fundo continua o mesmo, apenas variam os aspectos externos e secundários.

Sendo assim, com o ciclo do ouro, deveria se repetir a lei geral, embora vestida de aparência diversa como se apresentam as circunstâncias.

Foi o que se deu! O ouro, logo de início, atraiu sobre si, a cobiça das nações rapínicas. Era fatal! Tinha que acontecer! A lei geral, regente da história, determinava isso, que se repetia sempre!

Foi o que se deu em 1710 e em 1712, quando Duclerc e Dugay-Trouin atacaram o Rio de Janeiro, porta de entrada da região do ouro. Pouco importa que essas tentativas dêses franceses tivessem sido, ou não, bem sucedidas. Também pouco importam as minúcias que rodearam as tentativas francesas. O que importa é que o ouro, como o pau-brasil, ou o açúcar, causaram, repetidamente, fenômenos perfeitamente idênticos em suas linhas básicas, embora vestidos com roupagens diferentes. Eram já três vezes que idênticos fenômenos se repetiam.

Outra conseqüência decorrente da prosperidade açucareira que tomou a forma de norma possibilitante, foi a Restauração portuguesa, em 1640.

É lei básica regente da história, que tôda prosperidade econômica de uma região qualquer, tende fatal e irremovivelmente a produzir um complexo de acontecimentos políticos. Muitas vezes, ou quase sempre, essa lei básica só age indiretamente, causando êsses sucessos políticos, de forma que a sua força causal é difícil de ser reconhecida e se faz preciso uma certa agudeza de percepção para desvendá-la. É que essa lei histórica não se apresenta, senão raramente em sua nudez e quase sempre recoberta de vestes multiformes e policrômicas, variando de aspectos externos, com ilusão mais ou menos completa dos observadores menos avisados.

Eu sou dos que pensam que o fenômeno da euforia açucareira no Nordeste, concentrando nessa afortunada região colonial brasileira, grandes núcleos humanos de intensa atividade produtora e grandes massas de capitais que se remuneravam rêgiamente, produziu elevado número de conseqüências, muitas delas, políticas e, entre estas, a da volta na Metrópole, da soberania portuguesa, com a ascensão dos Braganças.

É que os juros da massa enorme de capitais lusos invertidos na riqueza açucareira do Nordeste, acorriam vertiginosos para Lisboa, onde Miguel de Vasconcelos prostituía as velhas glórias lusitanas, aos pés do monarca espanhol, Felipe IV. Esses jorros contínuos de dinheiro, não só provenientes dos juros do capital português empastado no Nordeste, mas também das compras feitas em terras lusas pelos nordestinos que então possuíam elevadíssimo poder aquisitivo e alto nível de vida, com grande capacidade de consumo. Para satisfazer as múltiplas precisões dessa afortunada e riquíssima região, seria necessária uma grande importação, o que quer dizer uma exportação elevada de dinheiro.

Enriquecidos com isso, os reinóis teriam podido fazer vitoriosa a restauração de 1640.

É claro que, por enquanto, por prudência, devemos nos abster de uma afirmativa peremptória, mas que o açúcar produziu qualquer cousa no sentido favorável à Metrópole lusa que havia aplicado seus capitais no Nordeste, parece que não resta a menor dúvida.

Então, segundo o que acima ficou afirmado, toda euforia econômica deve causar fatos de várias naturezas, entre os quais, a política. Sim, pois se o açúcar causou, a lei deve se repetir com o ouro. Este, sendo o motivo básico de uma euforia econômica não pequena, similar perfeita do açúcar, sob o ponto de vista econômico, deveria também produzir resultados similares aos que o açúcar projetou. Sim, se a prosperidade decorrente do açúcar teve o condão de produzir os resultados políticos que vimos acima, como as leis históricas se repetem em constância impressionante, o ouro, motivo econômico maior que o açúcar, deveria, por maioria de razões, também fazer resultar fenômenos políticos semelhantes aos que haviam decorrido do Nordeste açucareiro; perfeitamente, um resultado similar deveria fatalmente ser produzido pelo ouro. Foi o que aconteceu!

O ouro, descoberto em 1695, tinha que no decorrer da sua mineração e pela colossal euforia d'ele derivada, produzir algum fenômeno político na Metrópole, formidavelmente enriquecida com o ciclo econômico. O fenômeno, a meu ver, resultante do prodigioso enriquecimento decorrente do ciclo do ouro foi o extraordinário fortalecimento do poder real na Metrópole e o absolutismo, o qual com a evolução do século XVIII, foi chamado de *despotismo esclarecido*. O berço dessa teoria de Estado foi, a meu ver, iniciado em Portugal, tendo sido mera consequência do ouro. O primeiro soberano a se beneficiar com a euforia econômica provocada pelo ouro, foi D. Pedro II de Portugal. Esse monarca, com a rica base econômica outorgada pela opulenta mineração brasileira, foi se tornando, progressivamente mais despótico, o mesmo acontecendo com seus descendentes, D. João V (1706-1750), D. José

(1750-1777) e D. Maria I (1777-1816) e D. João VI (1815-1826). A convocação das Côrtes (democracia), em 1698, logo depois da descoberta do ouro, só teve a seguir uma nova medida democrática, exatamente cento e vinte e dois anos depois, quando, com o fim do ouro, a Revolução Liberal de 1820 teve lugar. Que extraordinária coincidência! Exatamente durante o século XVIII que fôra o século do ouro, Portugal não teve as Côrtes convocadas uma só vez. O povo não foi consultado durante o periodo do ouro, ficando a responsabilidade dos negócios públicos, unicamente com os soberanos que, amparados pelos fartos recursos do ouro, foram se tornando cada vez mais absolutos, de um absolutismo que evoluia em despotismo, a princípio sem ser esclarecido, foi se fazendo mais acentuado com Pombal, sendo imitado pelos Bourbons na França, Frederico II na Prussia, Catarina II na Rússia, Carlos III na Espanha, José II na Áustria.

Mas não é a relação de causa com efeito o que mais ressalta dessa admirável e coincidente paridade. O mais impressionante disso tudo é a conclusão que se tira, de que cada fonte de riqueza, ou cada ciclo econômico, ou ainda, cada fase de euforia, causada por alguma grande base econômica, projetada, invariável e repetidamente, fenômenos de várias naturezas, especialmente políticos, os quais têm ressonância por toda a humanidade, sem ligação aparente com as origens.

Essa mesma repetição constante de leis históricas decorrentes, invariavelmente, de todos os grandes ciclos econômicos, são de se notar, isto é, por outras palavras, todos os grandes ciclos econômicos produziram resultados similares, os quais, só não foram iguais, ou idênticos, pela interveniência de outros fatores que fizeram êsses resultados variar ligeiramente, transformando a identidade em analogia. Nem por isso, os diversos ciclos econômicos que têm bafejado o Brasil com o sopro da prosperidade têm deixado de regularmente produzir conseqüências análogas.

Baseado nesses raciocínios, em idênticas linhas, evocamos o caso da revolução industrial na Inglaterra. Esta nação, a partir de 1703, por força do tratado de Methuen, ou por força do comércio internacional com Portugal, foi beneficiada, com cerca de 100 milhões de libras esterlinas (3), que lhe foram injectados, causando, naturalmente, uma grande euforia na sua população.

Todo o grupo humano que recebe um aumento tão volumoso na sua capitalização, tende, naturalmente, a proporcionar um correlato aumento de nível de vida, de poder aquisitivo, etc., o que faz crescer ainda mais, o poder de produção.

Isso aconteceu na Inglaterra setecentista, que, dêsse ponto de partida, produziu a Revolução industrial (4).

(3). — Vide J. Lúcio de Azevedo, *Épocas de Portugal Econômico* e Simonsen, *História Econômica do Brasil*.

(4). — Simonsen, *loc. cit.*; Werner Sombart, *Le Bourgeois*.

Isso aconteceu nos Estados Unidos, depois que teve lugar o ciclo do algodão, no início do oitocentismo, quando teve lugar, em 1849 a mineração do ouro californiano e depois disso, à medida que os diferentes surtos econômicos se vêm projetando na vida norte-americana (5).

Aliás, esse fenômeno não foi uma repetição similar do que houve com a Espanha, nos séculos XVI e XVII, beneficiada com as riquezas da América, e Portugal, no século XVI, enriquecido com as opulências do Oriente. O resultado disso foi o domínio político dos "tercios" espanhóis nos cenários da Europa e a espetacular e cintilante cerebração portuguesa, evidenciada na prodigiosa elite que foram os poetas, escritores, cronistas e mais intelectuais portugueses dessa época maravilhosa em que esplendora-va o flamante manuelino.

Compare-se a florescência do quinhentismo português, com o que houve no seiscentismo!

A Inglaterra, enriquecida com os 100 milhões de esterlinos que o Brasil lhe enviou, teve momentos de fulgurância similar aos que as riquezas americanas haviam proporcionado à Espanha que as refletira nos cenários políticos e nos que as opulências do longínquo e misterioso Oriente haviam bafejado Portugal que as trazira nos palcos intelectuais e artísticos da cultura mundial.

---

(5). — A concepção não é originariamente minha. Encontra-se enunciada pela primeira vez, em Werner Sombart, no seu livro "Le Bourgeois", que a publicou, com o fito de encarecer os feitos dos israelitas e não o ouro brasileiro. Depois, a idéia foi retomada por Simonsen que, na sua *História Econômica do Brasil*, tomo I, pg. 44, a reproduz em parte, dizendo que o ouro brasileiro na Inglaterra, havia causado a Revolução Industrial. Mais tarde, ainda a notável idéia de Sombart foi publicada em um trabalho do Prof. Vanorden Shaw, no "O Estado de São Paulo". Eu achei a idéia brilhante e digna de meditação e de aplicação à nossa história.

Reproduzi-a, com a citação adequada, como seria natural e estou firmemente crente de que ela representa uma verdade, tal a sua evidência, apesar de não haver convencido a persistência conservadora do meu caríssimo amigo, Prof. Marcondes, ainda teimosamente ligado às obsoletas constatações.

Senão, vejamos:

O ouro brasileiro foi carreado para a Inglaterra, pelo tratado de Methuen (1703), durante os primeiros quartéis do século XVIII. Não há quem conteste isto que é mencionado comumente pelos próprios historiadores portugueses. Eis o exemplo de J. Lúcio de Azevedo, *Épocas do Portugal Econômico*.

Na Inglaterra, é claro que essa avalanche de ouro deveria causar situações que se revelariam por qualquer manifestação. Foi o que aconteceu, ensina-nos Sombart, além de Simonsen e de Vanorden Shaw. Vide o quadro das invenções no século XVIII, que sistematizadas, produziram a revolução da máquina, a qual provocou a revolução industrial.

Nem se diga que a mecanização, causando o desemprego, motivou a miséria nas classes operárias. Isso acontecendo por vezes, não constituiu regra geral e principalmente em relação ao caso que analisamos. Vejamos:

Não padece a menor dúvida de que a mecanização diminui enormemente a mão de obra em cada fábrica.

Mas o consumo, aumentando em muito maiores proporções, obriga a um proporcional incremento da produção e esta, para esse fim, teve evidentemente que multiplicar o total de fábricas.

Foi isso que naturalmente aconteceu com o ouro brasileiro e a Inglaterra nessa época e a sua indústria. Esta, recebendo a injeção do ouro brasileiro, mecanizou-se.

O acontecido à Inglaterra, no século XVIII, não é senão uma flagrante repetição do que anteriormente havia sucedido a Portugal e à Espanha, com evidenciação de perfeita analogia de resultados.

A Inglaterra assim pletòricamente saturada pelo ouro brasileiro, mecanizou a sua indústria e dentre as múltiplas conseqüências decorrentes desse fenômeno, resultaram:

- a) Um gasto centuplicado de matéria prima, com o aumento formidável da eficiência da indústria mecanizada. Foi a indústria de fiação e de tecidos, localizada no Lancashire, a mais beneficiada com as invenções que lhe multiplicaram a produção e o consumo da matéria prima de que resultou 'determinantemente o ciclo do algodão norte-americano.
- b) Uma economia notável de mão de obra, de que para evitar os *sem trabalho*, houve um registo prodigioso da emigração, a qual se dirigindo para os Estados Unidos, aumentou-lhe a população da seguinte maneira:

|           |           |       |           |            |       |
|-----------|-----------|-------|-----------|------------|-------|
| 1673 .... | 160.000   | habs. | 1800 .... | 5.308.000  | habs. |
| 1701 .... | 297.000   | "     | 1810 .... | 7.240.000  | "     |
| 1750 .... | 1.161.000 | "     | 1820 .... | 9.655.000  | "     |
| 1775 .... | 2.803.000 | "     | 1830 .... | 12.866.000 | "     |
| 1790 .... | 3.930.000 | "     | 1840 .... | 17.063.000 | "     |

Com o ouro inglês emigrado para os Estados Unidos, afim de aí adquirir matéria prima para satisfazer a fome voraz de sua indústria mecanizada e com a emigração de gente inglesa para os Estados Unidos, aí foi criado o ciclo do algodão norte-americano, o qual foi possibilitado pela invenção do descaroçador mecânico de Ely Whitney, em 1793. Igualmente, graças a isso, a população norte-americana em meio século triplicou o seu total, isto é, aumentou em 300 %.

---

A mecanização que diminuiu a *mão de obra* em cada fábrica, ao mesmo tempo, abriu novos mercados de consumo, derrotando produtos congêneres de outra procedência, mais caros, e conquistando o monopólio mundial da produção. Isso, que naturalmente teve lugar com rapidez meteórica, exigiria grande multiplicação do número de fábricas com a ampliação da indústria, o que evidentemente teria absorvido a *mão de obra* existente. Mais *mão de obra* houvesse, teria sido absorvida. A prova disso está no colossal aumento e na urbanização sensível da população britânica, durante os séculos XVIII e XIX, isto é, depois da mecanização industrial, com o espantoso crescimento das grandes cidades inglesas (*Dictionary of Statistics*, Mulhall, London, 1909, pg. 444.). No século XV, segundo esse magnífico dicionário de estatísticas históricas, Londres tinha apenas 35.200 habitantes, seguindo-se-lhe, na Inglaterra, York com 11.400, Bristol com 9.200, Plymouth

Assim enriquecidos, os Estados Unidos tiveram enorme incremento no seu poder aquisitivo e no seu padrão de vida. Foi uma evidente repetição do que havia acontecido na Inglaterra, durante o século XVIII. Graças a isso tudo, os norte-americanos puderam consumir o nosso café, obrigando maiores remessas do Brasil, para ocorrer ao que a cafeicultura teve que se expandir pelo vale do rio Paraíba arriba e pelo Oeste paulista. Parte do ouro que a Inglaterra tinha mandado para os Estados Unidos, para compras de algodão, foi transferido para o Brasil, para efetuação de pagamento dessas compras de café. Deu-se, aqui, pois, a repetição do fenômeno inglês, é claro que, em menor escala, mas tão dinâmico como seus antecessores, como iremos ver mais adiante.

Resumindo o que ficou dito, temos que:

- 1) Portugal mandou para a Inglaterra grande soma de ouro. Esta, com seu capital assim fortalecido, viu a projeção das conseqüências notáveis desse fenômeno que, de conseqüência, passou a ser causa.
- 2) A Inglaterra, tendo mecanizado a sua indústria, removeu para os Estados Unidos, grande parte do ouro recebido, para comprar matéria prima.
- 3) Os Estados Unidos, enriquecidos com o ouro inglês, remeteram parte dêle para o Brasil, para a aquisição de café para o seu consumo.

Eis três repetições do mesmo fenômeno, produzindo em três pontos geográficos diferentes e em três épocas, diversas conseqüências análogas.

---

com 7.300, Coventry com 7.200, Norwich com 6.300, Lincoln com 5.500, Canterbury com 4.700, Colchester com 4.500.

Ao findar o século, Londres atingiu o primeiro milhão. E agora na primeira década do século XVIII, isto é, logo a seguir às entradas do ouro brasileiro na Inglaterra, surgiram Newcomen e Savery com suas máquinas atmosféricas. Em 1733, John Kay e Bury inventaram um processo mecânico de tecelagem, com uma lançadeira especial; em 1764, um carpinteiro de Blackburn, de nome James Hargreaves High inventou a *Spinning Jenny*, aperfeiçoada em 1769, por Richard Arkwright com uma invenção que tomou o nome de *water frame* a qual era assim denominada, por ser movido a água um bastidor hidráulico.

Em 1779, um tecelão de Bolton, Samuel Crompton, combinou as duas últimas invenções e produziu o *mule*, ou o *muslin wheel*. Em 1785, o clérigo Edmund Cartwright aprimorou os aparelhos de tecer, cousa que, em 1783 também havia feito o escocês Bett. Em 1756, Abraham Darby usava em Coalbrookdale, o coque metalúrgico e, logo em 1760, Smeaton inventou um novo fole mecânico. Em 1740, Benjamin Huntsman de Sheffield, melhorou o processo de Henry Cort, sobre a descarbonisação e de fundição do ferro. Em 1769, James Watt produzia a máquina a vapor.

Ora, essa prodigiosa avalanche de miraculosas invenções, naturalmente causou um proporcional aumento de eficiência e de poderio da indústria inglesa a qual, assim engrandecida e mecanizada, passou a uma produção talvez decuplicada em quantidade e barateada em proporção.

O meio rural brasileiro enriquecido como já se viu, pelo advento do ouro anglo-americano, repetiu as conseqüências ocorridas em tôdas as partes do mundo que também haviam sido enriquecidas.

Uma das conseqüências decorrentes do enriquecimento e da expansão rural da cafeicultura, foi naturalmente o aprimoramento de tôda a aparelhagem agrícola paulista e fluminense, a extensão das ferrovias, o estabelecimento das cidades, o melhoramento, enfim, de todos os recursos de que dispomos em civilização.

Foi, sem dúvida, um fenômeno que se repetiu em conseqüências análogas às projetadas por fenômenos similares ocorridos em outras partes do mundo e em outras épocas.

\* \* \*

Uma repetição clara na história nos é proporcionada pelo açúcar. Como vimos êsse produto foi tratado logo acima, como tendo sido o fixador da civilização e riqueza na parte nordestina do Brasil. Em suas linhas gerais e não em suas minúcias, a história se repete, devendo, entretanto, cada caso especial ser estudado, pesquisado, perscrutado e meditado, para que se verifique as similitudes com o caso anterior.

---

A concorrência da indústria inglesa assim aparelhada, tinha que matar a indústria francesa. Seria fatal!

Por outro lado, os filósofos franceses foram discípulos de Locke, o inglês que, no fim do seiscentismo e no início do setecentismo, escreveu e doutrinou na Inglaterra. Não seria mais natural que a doutrina do grande mestre produzisse algo na Inglaterra? Mas os ingleses estavam economicamente eufóricos, daí a revolução não ter sido feita na Inglaterra e sim na França, onde havia miséria e descontentamento.

Com êsse raciocínio, tira-se a conclusão de que a causa máxima da Revolução Francesa foi a Revolução Industrial da Inglaterra e esta foi causada pelo ouro brasileiro o qual, como se vê foi um dos responsáveis pelo grande terremoto que se operou na França.

Se pudéssemos dosar em algarismos porcentuais o que causou a Revolução Francesa, calcularíamos em 90 %, o que o fator determinado pela Revolução Industrial produziu e, em apenas em 10 %, o resultante do trabalho e do esforço dos filósofos. Estes teriam agido à semelhança do micróbio que, inoculado em terreno propício, prolifera e se alastra, dominando o organismo. Foi o que aconteceu na França, no fim do século XVIII. O terreno em que foram inoculados os germes das idéias dos filósofos, estava preparadíssimo para que eles proliferassem e se alstrassem. A França era como um imenso caldo de cultura, nele, os micróbios se multiplicaram e dominaram o organismo. Caso o caldo de cultura não existisse, ainda que inoculassem no organismo uma dose microbiana mil vezes maior do que teve lugar na França, nesse último quartel do século XVIII, nada resultaria.

A Inglaterra teve Locke, grande filósofo, pioneiro e mestre de todos os mestres franceses, verdadeira "fábrica de micróbios psicológico-revolucionários". Entretanto, nada houve na Inglaterra; é que os ingleses estavam eufóricos e não tinham que se revoltar contra a ordem de cousas reinante. Tudo lhes sorria. Hoje em dia, pode-se observar idêntico processo. O micróbio do comunismo vinha sendo inoculado no organismo russo, mas não conseguia se alastrar no regime czarista. Foi preciso que durante a primeira guerra mundial, a Rússia ficasse em tal estado de miséria econômica e moral causada pelo esforço bélico e pela derrota, para que os germes dissolventes de Karl Marx, manobrados por Lenine e Trotsky, dominassem o organismo russo. Caso não houvesse precisão de terreno favorável para o desenvolvimento de um micróbio ideológico, seria de se verificar a proliferação do marxismo na Inglaterra, ou nos Estados Unidos e mesmo na França, na Bélgica, na Suíça, ou na Itália. Entretanto, tal não se dá, o que vem confirmar as minhas palavras acima.

O açúcar, conforme essa regra, vimos porque êle atingiu o auge da sua potencialidade povoadora, civilizadora, enriquecedora, produtora de conseqüências, etc. no século que foi de 1550, até 1660, mais ou menos. Depois disso, o declínio! (6).

Houve absoluta repetição das normas concorrenciais da Economia, atuando na História, a determinar êsse declínio. Entretanto, os fatores determinadores dêsse declínio foram outros. Na primeira competição econômica do açúcar, essa que fixou o produto no Nordeste, o fator decisivo, como vimos, foi a distância, parte do fator que eu convenionei chamar de Ecologia. Por mais de um século, o Nordeste brasileiro, graças aos fatores da produção, conjugados harmoniosamente em uma equação algébrica, teve o monopólio da produção açucareira mundial. Mas, por volta dos meados do século XVII, na Inglaterra, Cromwell iniciou a política ultra-nacionalista e a França de Colbert seguiu-lhe os passos. Isto fêz terminar o monopólio açucareiro do Nordeste brasileiro e marcou o início do açúcar antilhano, o que determinou o declínio do açúcar brasileiro.

Ainda que, em suas linhas gerais, fôsse uma repetição histórica, o fator decisivo que arrebatou do Nordeste o monopólio mundial do açúcar, não foi mais a distância, porém, o *consumo*, pois, por força política de Cromwell e de Colbert, a Inglaterra e a França passaram a consumir açúcar das suas possessões antilhanas; estas, produzindo açúcar, conquistaram, rapidamente os mercados consumidores europeus, relegando o açúcar do Nordeste brasileiro aos mercados da península Ibérica e às sobras. Com isto, iniciou-se o declínio do açúcar brasileiro, o qual no século XVIII teve a sua queda acentuada pelo ouro, que chamou para si, tôdas as atividades das colonias brasileiras. As Antilhas, durante todo o século XVIII, tiveram grande euforia econômica, com a produção e com a exportação do açúcar, porém, com o século XIX, fêz-se sentir nova modificação na cena, o que foi uma nova repetição da história, embora causada por outro fator da equação da produção. Desta vez, foram os fatores *mão de obra* e *consumo*, os causadores da ruína do açúcar antilhano e o novo surto de euforia nos açúcares brasileiros. A Inglaterra, em 1807 proibia o tráfico e libertava o escravo em suas possessões as quais ficaram sem *mão de obra*. Por sua vez, a França, a Espanha, a Holanda e a Dinamarca, colocando-se nas guerras napoleônicas, contra a Inglaterra,

---

(6). — V. Ellis Júnior, Boletins da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo ns. 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 11 de 1942 a 1951.

tiveram suas comunicações cortadas com os continentes europeu e africano, o que quer dizer, não puderam se reabastecer de *mão de obra*, nem vender para o *consumo* da Europa, o seu açúcar, cuja produção ficou desorganizada até 1830 mais ou menos.

Com isso, a euforia econômica abandonou as Antilhas para vir, novamente, assentar suas bandeiras vitoriosas, no Nordeste brasileiro e no Planalto paulista. Logo, porém, vibravam novamente no açúcar brasileiro um golpe semelhante ao do século seiscentista.

Eis mais uma flagrante repetição da história, calcada em leis gerais da economia, embora as pequenas minúcias fôssem diferentes! Constata-se, dessa repetição, a mais flagrante identidade!

O café também oferece motivos que nos asseguram a repetição da história. Eis duas situações perfeitamente iguais, produzindo resultados também perfeitamente iguais. Vejamos:

Em 1727, o café foi importado por Melo Palheta, para Belém do Pará. Por que não se estabeleceu esse produto nesse norte brasileiro, carreando para aí tôdas as suas formidáveis conseqüências? É que lhe faltavam condições propícias, a principal das quais, o *consumo*, pois, a América inglêsa que mais tarde foi a região consumidora do café, ainda estava na sua primeira infância com menos de milhão de habitantes, sem algodão, sem ouro, sem nível de vida e sem poder aquisitivo. O café dormiu, nesse extremo Norte, durante meio século!

Depois, em 1770, a rubiácea foi levada para o Rio de Janeiro pelo magistrado Castelo Branco. Ai, catalêpticamente, o café dormiu mais meio século; perduravam as mesmas condições externas da época em que deixara o Pará. Os Estados Unidos ainda não ofereciam mercados de consumo para o café do Brasil.

Foi assim que pudemos constatar uma repetição do capítulo da história do café. Essa repetição encontra-se confirmada pelo que se seguiu a isto. Mais ou menos, em 1825, o café, levado para o vale do rio Paraíba, na parte fluminense, aí se expandiu colossalmente, encontrara tôdas as condições favoráveis; o que antes havia impedido a marcha vitoriosa do café, modificara-se. Os Estados Unidos que lhe negaram o *consumo*, então em 1825, mais ou menos, enriqueceram prodigiosamente com o ciclo do algodão. A população dêsse país vizinho, foi decuplicada. Só então, foi possível ao café brasileiro sair da modorra em que viveu durante um século.

O meio físico ou geográfico não age no homem e não atua na história apenas indiretamente através do meio econômico; pois a nossa observação constata que em muitas vêzes essa ação se faz sentir repetidamente nos protagonistas do passado humano.

Citamos alguns poucos exemplos, dentre os muitos existentes e que poderiam ter sido invocados se não alongassem muito êste trabalho, de ação indireta do meio geográfico nos quadros da história, isto é de atuação por intermédio do ambiente econômico.

Vejamos agora como esse meio geográfico em constância invariável atua diretamente no homem e nas cenas do seu passado de formas a repetir essas cenas em épocas diferentes.

Sabemos que o clima do Planalto paulista se caracteriza pela intermitência extraordinária de suas temperaturas (7). A ação dessa climatologia sobre o homem ou sobre o conjunto de homens determinando-o a agir na história já foi por mim estudada (8) e por isso não vou aqui repetir o que ficou dito. Reporto-me a esses dois trabalhos, quase na totalidade do assunto tratado, mas quero invocar suas conclusões, as quais se resumem em que no Planalto se formou um grupo humano super-selecionado fixado no correr dos tempos pela consanguinidade. Esse grupo humano, assim qualificado, produziu o fenomenal capítulo histórico do Bandeirismo, com todas as suas conseqüências e se fez digno das palavras de Saint Hilaire que o chamou de *Raça de Gigantes*.

Esse capítulo do Bandeirismo não teve duração efêmera, pois que ele esplendorou vigente por mais de dois séculos, repetindo sempre o seu enorme potencial em eugenia e em eficiência. Com isso, se segue que o homem submetido a essa climatologia, que é perene e imutável, deveria repetir sempre os capítulos maravilhosos de energia e de dinamismo. É o que acontece atualmente e que sempre aconteceu. O fenômeno da abertura da lavoura de café de São Paulo não foi senão a manifestação da continuação da causa que deu motivo as proezas da Raça de Gigantes de Saint-Hilaire. O Bandeirismo tendo tido início no Planalto de 1550 só em 1750 passou na sua manifestação de eficiência e de superior eugenia. De 1750 a 1850, a *Raça de Gigantes* espalhada em grande parte pelas Gerais, por Cuiabá, por Goiás e alhures, produziu apenas pequenas manifestações do seu dinamismo fora do comum como o pequeno ciclo do açúcar paulista e a sua atuação nas Guerras do Sul, mas em meados do século XIX, ei-la concentrada e pujante a realizar a formação da maravilhosa lavoura cafeeira, o segundo bandeirismo paulista. Essa prodigiosa manifestação de espírito de iniciativa e de energia máscula, durou até 1890, mais ou menos, quando a mesma fulgurância da soberba *Raça de Gigantes* transformou o velho burgo anchietano no maior *Parque industrial da América do Sul*.

Essas manifestações não são senão a constância invariável da repetição da história sempre através de formas novas e de variados aspectos. Ao historiador incumbe, porém, não examinar o problema unicamente no seu exterior, mas aprofundá-lo e verificar bem

---

(7). — Ari França, *Estudo sobre o clima da bacia de São Paulo*. Tese de doutoramento publicada no Boletim n.º 3 do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

(8). — Ellis Júnior, *Raça de Gigantes. Primeiros troncos paulistas e o cruzamento euro-americano*. Cia. Editora Nacional, série Brasileira, 1936.

o que o está causando. Se o fizer, estou seguro, a verdade aparecerá e há de verificar que a história se repete porque a rigidez de suas leis, regras e normas é visível.

Além dessas normas unicamente possibilitadoras e que precisam da interveniência e da cooperação de outras, para determinar fenômenos conseqüentes, pode-se, com facilidade, notar leis absolutas que se repetem sistematicamente, com pasmosa constância, determinando sempre, conseqüências similares.

Essas leis absolutas e indeclináveis, são as que se podem formular, com o que sistemática e repetidamente decorre dos grandes ciclos econômicos da história brasileira. O passado do Brasil assinala os grandes ciclos autônomos do açúcar nordestino, do ouro e do café, além de outros ciclos menores autônomos também, como o do pau-brasil, do pastoreio, da pesca, ciclos satélites, embora alguns dêstes se marcassem pelo vulto econômico.

Assim, da constância com que se repetem as conseqüências visíveis em três séculos de observação, de interpretação e de crítica, estabelecemos a seguinte lei regente dos acontecimentos da história:

*Todo grande ciclo econômico gera ciclos menores, que orbitam em torno do seu astro central, refletindo-lhe a luz, como seguindo-lhe o destino. É como se um sistema sideral se formasse em torno de um astro rei, caminhando êste, pela imensidão dos séculos que a Crônica registra, arrastando na sua peregrinação a multidão dos pequenos satélites que orbitam em torno de sí, refletindo o brilho da sua influência, crescendo, quando o fulgor do astro rei aumenta, aquecendo-se aos raios emitidos do centro solar, esfriando-se e se amortecendo, no declínio do seu sistema, como também, morrendo, com a extinção e o fim do seu genitor sideral.*

Eis o ciclo do açúcar nordestino que teve um período máximo absoluto de um longo século, desde 1550 a 1650, precedendo um outro, menor em vulto econômico, porém, maior em duração, pois vem desde 1650, com altos e baixos, como ensina Simonsen, na sua *Historia Econômica do Brasil*.

Êsse grande ciclo econômico que tantas e tão valiosas conseqüências projetou, foi como que um grande astro rei a gerar satélites. O telescópio da minha apoucada argúcia não é poderoso e suas fracas lentes não têm o poder de devassar as grandes sombras da imensidão erma dos enormes espaços que a astronomia perscruta. Mesmo assim, apenas armado com a fraqueza dos meus pobres *engenho e arte* consegui isolar, como satélites do grande ciclo do açúcar nordestino, os seguintes ciclos menores, o que não quer dizer que outros não tivessem existido:

- a) O ciclo do pastoreio, ou da criação de gado bovino. Êste foi mera conseqüência do ciclo do açúcar. Êste teve precisão do boi, diretamente para o fabrico do açúcar e

indiretamente para alimentar com a carne e com os laticínios, a imensa população dotada de grande poder aquisitivo, adensada no Nordeste, pelo açúcar. O mesmo se poderá dizer do couro.

O Nordeste enriquecido e fortemente povoado pelo açúcar, foi um excelente mercado de consumo para o pastoreio. Sem êste mercado, o pastoreio não teria podido existir, por êste motivo, além de outros, esta atividade se localizou em tórno da zona produtora do açúcar.

- b) O ciclo do apresamento que não foi, senão, uma atividade subsidiária do grande astro central: o açúcar. Sem que êste consumisse a mão de obra apresada pelo paulista, não teria havido apresamento. A recíproca também é verdadeira. Sem mão de obra ameríndia apresada pelos paulistas, não teria sido possível o fabrico do açúcar na escala atingida. As influências são recíprocas, entre o centro e o satélite.
- c) O ciclo da pesca que oferecia alimentação às populações concentradas no Nordeste.
- d) O tráfico negreiro, interrompido durante a ocupação holandesa, mas continuado depois de 1655. Essa atividade também não teria tido lugar, caso não fôsse o ciclo do açúcar oferecer consumo para a mão de obra conseguida com o tráfico.

Como já disse acima, outros ciclos dependentes do açúcar, teriam existido. Assinalei, apenas alguns. Outros mais percucientes completarão a lista, mas a conclusão que se poderá tirar, continuará sempre invariável, que é de haver o ciclo açucareiro produzido inúmeros ciclos menores, os quais, satélites sem luz própria, porque nada, ou quase nada exportavam para *além-mar*, orbitavam em tórno do principal.

Com o ouro deu-se invariavelmente a mesma cousa. Eram causas idênticas que produziam conseqüências idênticas. É claro que essa identidade de conseqüências produzidas eram assim, apenas em suas linhas básicas. Essa identidade, nem por se revestir de aparências diferentes que poderiam fazer crer que ela seria apenas analogia, poderia deixar de ser reconhecida pela similitude que a imbui e que faz ressaltar o mesmo comportamento dos grandes ciclos econômicos, no sentido de gerar outros menores e subsidiários.

O ciclo do ouro, exatamente como o do açúcar, obedecendo a uma regra uniforme de conduta, gerou os seguintes satélites ou ciclos econômicos menores que, em exata identidade de procedimento em relação aos ciclos subsidiários do açúcar, orbitaram em tórno do astro rei, o grande ciclo do ouro, acompanhando-o, em tóda a sua marcada trajetória, assinalando as grandes influências que dêle

recebiam, declinando com êle, quando a decadência lhe bateu à porta e, se extinguindo com êle, quando a agonia e a morte lhe roubaram a realidade. É verdade que alguns dos ciclos econômicos satélites do ouro, lograram sobreviver ao astro rei do seu sistema sideral, é que êsses satélites, ao se aproximar a ruína do ouro, passaram a orbitar em tórno de outro sol, ou então, adquiriram luz própria.

Eis os ciclos econômicos produzidos pelo ouro:

- a) O ciclo do bovino no rio São Francisco. As populações adensadas no território das Gerais, dotadas de elevadíssimo poder aquisitivo, exatamente como na região do Nordeste açucareiro, precisando se alimentar, ofereceram consumo seguro para a carne e os laticínios das manadas de bovinos do rio São Francisco e da Bahia. Este ciclo, enquanto o ouro ofereceu poder aquisitivo, nível de vida e poder de compra, às populações das Gerais, pôde ter um seguro mercado de consumo, porém, quando êste mercado de consumo empalideceu, agonizou e morreu, o ciclo desapareceu.
- b) Vários produtos do abastecimento das Gerais pela Bahia, através da rota descrita por Antonil. A extinção do ciclo do ouro, no fim do século XVIII, acarretou a decadência dolorosa, de tóda a zona, até o advento da cultura do cacau, muito depois.
- c) O ciclo comerciário do Rio de Janeiro, entreposto das Gerais, às quais êsse grande centro importador estava ligado pelo *caminho novo*. A extinção do ouro, certamente prejudicou imenso a região carioca, porém, a vinda da Côrte portuguesa, em 1808, com 15 mil fidalgos, atenuou bastante o golpe sofrido.
- d) O ciclo da Baixada Fluminense que tinha tódas as facilidades de atingir as Gerais com seus produtos polimórficos, pelos *caminho velho* e *caminho novo*. O fim do ouro acarretou, também, o declínio da Baixada, golpeada de morte, no princípio do século XIX, pelo advento do café que lhe arrancou os últimos recursos.
- e) O ciclo do açúcar paulista que servia as Gerais, pelas passagens dos rios Camanducaia e Mogi-Mirim. Com o fim do ouro, êsse ciclo não morreu, porque conseguiu outros mercados de consumo, através da *calçada do Lorena*, construída no fim do grande ciclo do ouro.
- f) O ciclo do luar, alimentado pelas Gerais, para lhe servir com animais que lhe transportassem os produtos para o seu abastecimento. Com o desaparecimento da mineração, êsse ciclo se manteve até o advento do café, em que en-

controu novos e abundantíssimos mercados de consumo, como veremos. É inútil dizer que sem o mar, não teria sido possível o ciclo do ouro, tal maneira está o assunto em claridade.

- g) O ciclo do tráfico africano que não foi outra coisa senão uma continuação do que era levado a efeito pelo açúcar.

Se, com o ciclo do ouro pudemos testemunhar uma repetição do que ocorrera com o açúcar, a respeito dos ciclos satélites orbitando em torno dêle, com o café, tínhamos que aguardar uma repetição do fenômeno, uma vez que se tinha fixado uma regra que se reproduzia infalivelmente. Foi o que se deu! O ciclo do café repetiu a propósito dos ciclos satélites, a mesma seqüência que havíamos constatado antes, nos dois grandes ciclos anteriores.

O café gerou e fixou vários e pequenos ciclos econômicos, exatamente em identidade de procedimento, com os anteriores. É evidente que muitos desses pequenos ciclos satélites não eram os mesmos. Muitos desapareceram! Outros novos surgiram! Mas, o que se faz perfeitamente idêntico, é o procedimento de cada grande ciclo, de criar e de manter um sistema sideral próprio, ou um microcosmo particular. Pouco importa que a coloração de cada um desses microcosmos não tenha a mesma tonalidade! Pouco importa que cada um dêles não apresente similitude de morfologia! O que importa é que todos, uniformemente, durante quatro séculos, vêm, com constância impressionante, repetindo o mesmo procedimento. Eis que, como dissemos, com o grande ciclo do café, não podia ser diferente o resultado. De fato, o café, criando e oferecendo consumo para esses produtos, gerou, ou alimentou os seguintes ciclos satélites, além de outros muitos que não menciono, porque nelles não fixei minha atenção:

- a) Ciclo do mar, anteriormente existente, mas que se foi adaptando às novas circunstâncias próprias do café.
- b) Ciclo do tráfico africano, até 1850.
- c) Ciclo rodoviário, com a feitura da estrada da Maioridade, em 1847 e da União e Indústria, em 1854.
- d) Ciclo ferroviário, com a construção da Leopoldina e da Central em 1864, bem como da S.P.R. em 1867 e da Paulista em 1872 e, das outras ferrovias paulistas.
- e) Ciclo imigratório, a partir de 1887.
- f) Ciclo urbano, com a criação das cidades do interior paulista que foram entrepostos e centros abastecedores dos núcleos cafeicultores paulistas.
- g) Ciclo do algodão, criado em virtude das crises do café.
- h) Ciclo policultor, também oriundo das crises do café e da pequena propriedade.
- i) Ciclo industrial.

Êstes ciclos econômicos, conseqüências do ciclo magno do café, também se fizeram causas. Assim, o ciclo industrial não produziu a via Anchieta? Todos êsses ciclos mais ou menos volumosos, orbitando em tórno do grande astro central, eram símiles dos satélites que haviam tido gestação semelhante, em séculos passados. Como eu disse, pouco importam o rótulo, a coloração, a morfologia, o valor quantitativo, etc., dêsses satélites. O que ressalta é a identidade de procedimento, o que autoriza a se concluir a seguinte lei que rege a história:

*Todo grande ciclo econômico gera ciclos satélites que orbitam em tórno de si, seguindo a sorte do seu sistema sideral ou se dispersando para outros sistemas, ou ainda perecendo.*

O ciclo econômico do pau-brasil não teve identidade com essa lei estabelecida, porque:

- a) Não teve vulto. Foi minúsculo e só é mencionado pela Crônica, pela falta de qualquer outro motivo.
- b) A sua absoluta desvalia como proporcionador de ocupação da terra. Dir-se-á que o ciclo do pau-brasil foi um pequeno ciclo marítimo que apenas arranhou o litoral. Um ciclo nestas condições não podia centralizar nada.

O ciclo do tabaco não foi mencionado, porque eu não o estudei. Entretanto, êle deveria ter produzido as mesmas linhas gerais que os demais.

Do exposto, poderá ser objetado que essa regra é invariável nos ciclos econômicos da história brasileira apenas, que não é isso que se observa na história das outras partes do mundo. Não terá razão a objeção, se pensarmos na observação crítica de outros povos. Assim, o ciclo industrial da Inglaterra, no século XVIII, em que foi mecanizado o imenso parque industrial do Lancashire, foi o grande astro central de um sistema sideral, do qual era satélite o ciclo do algodão do Sul dos Estados Unidos. A relação causal é evidente e a repetição pela Inglaterra, da lei histórica dos ciclos satélites, é de meridiana clareza. Também o é o procedimento do ciclo da prata na América espanhola, no século XVI. Essa atividade econômica, não só gerou imensa fonte de riqueza, não só produziu conseqüências que se espalharam pelo mundo, mas também foi o astro rei de um grande número de satélites que orbitaram ao seu redor. Um dêsses satélites, foi o ciclo do muar do baixo-Paraná, o qual tomou tanto incremento com o ouro brasileiro, que em 1776, obrigou a Espanha a criar o Vice-Reinado do Prata e centralizou as atenções da política externa luso-brasileira na bacia mencionada.

Outra lei regente da história, a qual se repete em constância invariável e absoluta, não permitindo a menor violação, é a de que é a função que cria o órgão. A função produtora, quando se dá, exige o órgão transportador, que só então se concretiza. Fazer o órgão aparecer antes que a função dêle tenha necessidade é procedimento inútil. A história, repetindo-se em centenas de casos similares, autoriza uma generalização que se faz uma lei, pela sua invariável repetição através dos séculos.

Vejam alguns exemplos que a história brasileira oferece: o Planalto paulista, nos séculos XVI e XVII, não mantinha intercâmbio de vulto com o litoral importador e exportador. A única mercadoria vendida pelo Planalto era o escravo ameríndio que se auto-transportava e portanto não havia precisão de caminhos melhorados entre o Planalto e o litoral. A exportação planaltina se fazia pelas trilhas dos índios. *O órgão satisfazia bem a função.*

Nesse regime, o Planalto paulista viveu quase três séculos. Eis que no fim do século XVIII, isto é, no fim do III século, agniza o ouro brasileiro e a produção do açúcar paulista que era subsidiária do ouro brasileiro, chegou a ficar à beira de um abismo, pois, acompanhando a marcha descensional e agônica do ouro, iria em busca da ruína inevitável e fatal! Era um negro futuro cheio de sombrias expectativas que emolduravam o pequeno ciclo do açúcar paulista.

Emparedado no Planalto, sem saída para o litoral exportador, o pequeno ciclo do açúcar paulista iria morrer com o ouro que lançava os seus estertores finais. Seria preciso para isso, ao açúcar paulista conseguir novos mercados consumidores que o subtraíssem da órbita avelhantada do ouro que morria nas Gerais. A função produtora exigia um órgão que transportasse a produção para novos mercados de consumo (9).

Foi então que o governador português da Capitania paulista, o Tenente-general Bernardo José de Lorena, verdadeiro tipo de estadista, com magnífica clarividência, fêz construir a famosa *calçada do Lorena* que seria o órgão transportador da produção açucareira do Planalto.

Mais tarde, o Planalto paulista foi invadido pelo café, o qual, encontrando amplos mercados consumidores que cresciam proporcionalmente à expansão norte-americana, teve que se alargar, fato que aumentou enormemente a sua produção. A velha *calçada do Lorena* já não mais satisfazia a função produtora e exigiu um novo órgão. Nessa emergência, um outro estadista, Nicolau de Campos Vergueiro, em magnífico golpe de clarividência, construiu a estrada da Maioridade, em 1847.

---

(9). — Ellis Júnior, *A Economia Paulista no século XVIII*, Boletim n.º 115 da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

Mas a expansão cafeeira para o Oeste, determinada pelo colossal aumento de consumo norte-americano, ao ser o país vizinho impulsionado pelo ciclo do algodão e pelo ouro californiano; bem como pelo consumo da Europa que se urbanizava e se industrializava, exigia mais vias de acesso ao litoral exportador. A produção atraía o transporte! A função produtora gerava o órgão transportador!

Não é essa série contínua de constantes repetições invariáveis, uma lei regente da história? Não é a rede rodoviária paulista o órgão da poliprodução da pequena propriedade em nosso Estado? As vias Anchieta e Anhanguera não são reflexos da indústria? Mas, existe mais, muito mais para confirmar isto!

O pau-brasil e o açúcar nordestino não exigiram caminhos, pois já eram produzidos na estreitíssima faixa litorânea. Não precisavam de transportes terrestres, ganhavam imediatamente os navios que os haveriam de transportar em direção ao consumo.

Não foi assim que sucedeu com o ouro, que logo na primeira década se satisfez com o caminho velho e com o chamado caminho de Atibaia. Logo, porém, no início do século XVIII, o ouro, com a sua extração, a população que vivia nas Gerais, os diamantes e a sua civilização exigiram um *caminho novo* e as suas múltiplas variantes. Não era a função a criar o órgão que aparecia no momento exato em que a produção aumentava? E o caminho do Rio Grande do Sul, como órgão transportador do muar, não foi criado pela função produtora do ouro? (10).

Com o café no verde e maravilhoso vale do rio Paraíba, pode-se observar não só fenômeno análogo mas idêntico.

A princípio, na primeira metade do século XIX, o café se satisfazia com o *caminho novo* e as suas variantes, então desafogados com o fim do ouro. Mas, com o avanço da sua função produtora, no decorrer da segunda metade do século XIX, eis que surge Mariano Procópio, com sua estrada carroçável, *União e Indústria*, construída em 1854. Continuando o aumento da produção cafeeira, a função fez os trilhos da Central, em 1864, como o órgão transportador, chegar a Barra do Pirai, fundada anos antes, em consequência da lavoura cafeeira.

Mas, prosseguindo a montante do rio Paraíba arriba, na parte paulista, nos meados do século XIX, a função produtora se fez vigorosa e daí o órgão tinha que surgir com os caminhos, através da Serra do Mar e os pequenos portos de Paratí, Ubatuba, Caraguatubá e São Sebastião.

Além de tudo que foi dito acima, temos dois exemplos dessa regra aplicada ao Planalto paulista, repetidos com intervalos de mais de um século. A princípio, nos primeiros séculos, durante

---

(10). — *Ibidem*.

mais de duzentos anos, o isolamento determinou a poliprodução, pois a falta de comunicação com o mundo exterior impedia a região de receber de fora o que precisava para a sua manutenção em abastecimentos. Daí a região ter de produzir de tudo.

Em meados do século XIX, êsse exemplo se repetiu com exatidão, em relação aos latifúndios cafeeiros isolados no sertão. É que as causas sendo idênticas (o que em história, dificilmente acontece), as conseqüências tinham fatalmente que ser idênticas. De fato o foram! O isolamento dos latifúndios paulistas, de 1850 a 1880, mais ou menos, ilhados no adusto sertão, por uma distância de 200 a 300 quilômetros dos centros de civilização, produziu autarquias, êsses latifúndios eram obrigados a produzir de tudo, para o seu abastecimento (11).

Eis como, na história brasileira, se pode alinhar mais um caso de repetição.

\*  
\*   \*  
\*

Não é unicamente no campo econômico que se reflete, com invariável constância a repetição dos fatos históricos. O mesmo se observa no terreno social, no político e, também, no cultural, como passaremos a ver:

O apresamento, com suas características especiais, determinou uma certa estruturação social, nesse capítulo de atividade.

As mesmas linhas mestras produziram os mesmos resultados. Esforços ordenados fizeram as altas camadas. No Nordeste o açúcar e o patriarcado, com o regime escravocrata, fizeram a opulência e o latifúndio, enquanto que o isolamento autárquico e o apresamento com a poliprodução causaram na região planaltina, a miséria e a pequena propriedade, mas, quando o Planalto, como o Nordeste, teve a monocultura canavieira, já no século XVIII e no princípio do século XIX, o resultado foi uma absoluta identidade de conseqüências: o latifúndio escravocrata, onde morava uma brilhante aristocracia. Se o latifúndio do Nordeste foi mais opulento, foi devido à agricultura canavieira e à indústria açucareira que, nessa região, tiveram muito mais tempo de exploração, isto é, tiveram mais duração, pois foram três séculos seguidos de continuidade ininterrupta, enquanto que o latifúndio paulista teve existência de apenas um século, desde 1750 até 1850.

O ouro, o comércio, o pastoreio, o luar, o café e agora a indústria, produziram conseqüências que, não sendo de absoluta identidade, foram, entretanto, similares em suas linhas gerais, podendo se tirar a seguinte lei que se repete uma vez, desde que haja similitude entre os casos que se apresentam:

---

(11). — Ellis Júnior, *Um Parlamentar Paulista da República*.

*Toda atividade econômica produz uma estruturação social determinada proporcionada e de conformidade com os seus delineamentos básicos.*

Essa lei se aplica invariavelmente e se repete, com absoluta regularidade e constância que faria inveja à química, física ou à astronomia. Assim, a consequência social que se repete invariavelmente é que a prosperidade decorrente do café produziu, na segunda metade do século XIX, uma brilhante aristocracia rural que se projetou no cenário do Segundo Império e do início da República. Isto era repetição exata da aristocracia formada nos canaviais do Nordeste e da similar, constituída nos socavões dourados da mineração.

No terreno político, constatamos a repetição do fenômeno e o estabelecimento e fixação de leis que regem a evolução histórica da humanidade. Não se pode duvidar que o açúcar nordestino tenha causado o maior aportuguesamento das populações da região. Atraídas pela prosperidade açucareira, vinham de Portugal, avalanches de portugueses que naturalmente traziam o seu espírito metropolitano. O ouro repetiu o fenômeno como cronômetro perfeito. Esse produto precioso atraía milhares de reinóis que anualmente banhavam em ondas de reinolismo a atmosfera psicológica das Gerais.

Como reflexo disto, temos que, tanto o açúcar nordestino, como o ouro, atrazaram a independência nacional. Eu já tratei desse assunto, com minúcias e, se porventura não faço de novo agora, é para não repetir (12).

Foi, indiscutivelmente, uma repetição: duas causas similares, produzindo consequências também similares. Dessa seqüência, pode-se tirar a seguinte lei histórica, a qual se deve aplicar a casos similares:

*Todo o grande motivo econômico (fonte de renda) atraza, em maior ou em menor escala a independência política das nações coloniais.*

Isso se pôde observar repetidamente na história brasileira e é contraprovarado pelo sucedido nas Treze Colônias anglo-americanas, onde não havia fonte de riqueza semelhante ao açúcar, ou ao ouro. É certo que lá havia o tabaco, importante atração do emigrante metropolitano e portador do espírito europeu. Assim, com tão apoucados motivos econômicos, em relação ao Brasil, que teve entre outros, o motivo econômico gigantesco, da mineração do ouro e do diamante, as Treze Colônias promoveram com êxito, 170 anos depois do início da colonização, a proclamação da sua independência.

---

(12). — Ellis Júnior, *O Ouro e a Paulistânia*, Boletim n.º XCVI da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo e n.º 8 da Cadeira de História da Civilização Brasileira.

O Brasil levou três séculos para atingir a mesma maturidade dos anglo-americanos e conquistar a sua independência. Por que essa diferença? A resposta está nos raciocínios acima expostos. O Brasil teve grandes motivos econômicos a lhe retardarem a emancipação. Os anglo-americanos, não. A formação da alma nacional no Brasil, foi retardada. Os anglo-americanos, em 1776, estavam psicologicamente preparados. Só conseguimos êsse estágio, cinquenta anos mais tarde, apesar de sermos um século mais antigos que as Treze Colonias. Por êsse motivo acima apontado é que a colônia planaltina paulista teve o seu espírito próprio desenvolvido com mais rapidez do que o de qualquer outra região colonial no Brasil.

É que o Planalto paulista não teve nenhum motivo econômico que atraísse gente metropolitana. Isolado, assim, formou-se o seu espírito próprio. Seria, pois, natural, e era de se prever que no Planalto paulista tivesse lugar o primeiro movimento de independência. Foi o que aconteceu, pois a aclamação de Amador Bueno foi o primeiro marco assinalador da alma nacional (13).

Nesta publicação especializada citada, ficou demonstrado o raciocínio que me habilitou a chegar à essa conclusão, por isso, eu não vou repetir o que já disse.

Eis que a repetição e a perfeita correlação de causa com efeito, nos autorizam a elaborar uma regra histórica aplicável em todos os casos similares.

O café, grande fonte de riqueza, maior ainda que as que o antecederam, também se refletiu no terreno político, embora nada tenha influido na evolução da situação da Independência. Caso êsse produto tivesse se antecedido de meio século, a Independência nacional teria, por certo se retardado mais ainda. Se a vinda da Côrte portuguesa, em 1808 com os seus 15 mil fidalgos e seu espírito reinol foram uma força formidável travando a psicologia do nativismo, imagine-se o que seria a atmosfera psicológica brasileira, se na ocasião tivéssemos um produto como o café, a atrair milhares de reinóis por ano. Êsse reinolismo teria facilmente engulido e esmagado o nativismo, de modo que seria impossível a evolução da Independência em 1822.

Justamente, por não haver o café se antecedido, o Brasil perdeu a Cisplatina. Ituzaingó não teria sido possível se o café tivesse facultado recursos ao Tesouro imperial, como mais tarde, em 1850, o fêz, habilitando o Brasil em uma ação vitoriosa contra Rosas.

Com o ouro, aplica-se a mesma regra e então vêmo-lo, graças ao seu imenso poder econômico e demográfico, centralizar o Brasil setecentista, em tórno do Rio de Janeiro, de Minas Gerais

---

(13). — Ellis Júnior, *Amador Bueno e seu tempo*, Boletim n.º 7 da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Universidade de São Paulo.

e de São Paulo, impedindo a desagregação. Se, porventura, a periferia do organismo brasileiro apresentasse um núcleo forte, este teria se separado. Foi o que aconteceu com a Cisplatina e o que quase sucedeu com o Rio Grande do Sul. Tivesse esta província mais volume, ou estivesse situada mais distante, isolada e sem comunicações, na periferia, teria sido outro o resultado da Farrou-pilha (14).

O café, desde meados do século XIX, vai confirmando aquela regra da história. Se o Centro já tinha se solidificado com o ouro, o café ainda mais reforçou aquela situação. Tornando o centro congestionado, resumiu o Brasil no centro fluminense-carioca-mineiro-paulista, com uma periferia anêmica, pois o advento da ferrovia anemizou mais o Rio Grande do Sul, privado da fonte de renda do mar. Com isso, a força centrípeta exercida pelo centro, predominou ainda mais. Se houvesse na periferia brasileira algum núcleo volumoso econômica e demograficamente, ele se teria desgarrado, impulsionado pela força centrífuga. O café teria produzido o desgarramento político da região em que fôsse localizado, se estivesse na periferia. Essa modalidade de força centrífuga a teria impellido.

A borracha amazônica teria produzido esse resultado, com um aumento visível da força centrífuga e com a desagregação da massa periférica, se por acaso o seu ciclo econômico tivesse tido mais duração e pujança.

Essas observações que aí estão resumidas, embora eu pudesse citar dezenas de outras análogas, confirmam as conclusões que elaborei acima, da lei regente dos acontecimentos da história po-

---

(14). — Aliás, seria interessante uma comparação entre a situação brasileira em 1828, a assinar um tratado humilhante, reconhecendo a independência do Uruguai e a que em 1835-45 assumia o Brasil regencial e imperial, frente aos farrou-pilhas, à princípio arrogantes e francamente separatistas, mas que depois e aos poucos foram ficando mais tratáveis e se contentando com uma simples Federação, para terminar em 1845, com o nacionalismo anti-rosista de Canabarro.

É que o café em 1828 era ainda ausente e o Brasil devido a essa ausência passou pelas forças caudinas ao assinar o tratado da independência uruguaia. Em 1831, o café ainda que ausente entretanto já era uma expectativa que se aproximava vagarosa mas seguramente, de modo que em 1845, o café já sendo uma realidade permitia a Caxias falar mais grosso diante de Canabarro. Em 1850, Rosas teve que se defrontar com o café já consolidado. Lopez mais tarde foi vencido e o Brasil deve ao café a base da sua espetacular vitória. Taunay (*História do Café*) e Nelson Werneck (*O Panorama do Segundo Império*), já dizem que foi o café do vale do rio Paraíba, o vencedor da Guerra do Paraguai.

Disso tudo é fácil se concluir a norma vigente em história de que "os corpos políticos-sociais se atraem e se unem impulsionados pela força centrípeta na razão direta das massas econômicas e demográficas e inversa das distâncias que as separam, vencíveis pelos meios de comunicação, medidas em tempo".

Essa regra da história tem invariavelmente aplicação em muitos casos, entre os quais o que se desenrolou no sul do Brasil no século passado.

A Cisplatina que conseguia um certo volume econômico demográfico, graças ao mar, mercadoria que durante o ciclo do ouro atingiu

litico-social que, como vimos, se repete, embora cada caso especial deva ser estudado em separado, com a aplicação daquela regra citada.

\*  
\*   \*  
\*

É inegável outra regra da história, de que a governação municipal de uma região qualquer, se amplia ou se amesquinha, na exata proporção do seu isolamento.

Eis o caso de São Paulo, nos dois primeiros séculos. Região isolada e sem comunicações com a Metrópole (15), sem comércio, sem fonte de renda, sem população adensada, etc., foi abandonada por Portugal e olvidada pelos governadores. Dessa situação constatada pela evolução dos acontecimentos, temos que houve naturalmente um crescimento acromegálico da governança municipal que se foi supletivamente ampliando na medida em que se restringia a governança reinol. Esse abandono e, portanto, esse crescimento acromegálico e supletivo da governança local e municipal, cessou, no século XVIII, com a descoberta do ouro. Portugal passou a dedicar maior atenção à região paulistânica e com isso, cessou a causa que fazia ser mais ampla a autogovernança planaltina.

Foi observando esse fenômeno que Washington Luís afirmou que só então São Paulo reconhecia o domínio português (16).

Dessa situação ocorrida, não só no Planalto piratiningano, mas também em muitas regiões similares ou não, pode-se concluir a regra acima enunciada, a qual é aplicável sempre, produzindo resultados análogos aos constatados no Planalto paulista.

---

um alto nível de valor e promoveu um certo grau de euforia, tentou e obteve a Independência, por dois motivos conjugados:

a) O Brasil não tinha fonte de renda, de modo que o centro estava em anemia. Fraco esse centro não pôde reter a periferia avolumada pelo luar.

b) A Cisplatina se situava a cerca de 2.500 a 3.000 quilômetros do Centro ainda amenizado pela demora do café em aparecer.

Em 1835, o Rio Grande do Sul quis repetir a cena a que a Cisplatina com êxito levou a efeito, sete anos antes. Então a tentativa não logrou êxito. Dois motivos se conjugaram para que o caso rio-grandense tivesse solução oposta à da Cisplatina. Era a aplicação da mesma regra histórica em caso diferente. Vejamos esses dois motivos, que são os mesmos modificados que atuaram no caso da Cisplatina:

a) O Brasil aos poucos foi tendo uma nova fonte de renda a alimentar as arcas imperiais, que paulatinamente foram deixando de ser anêmicas e evolutivamente foram se tornando apopléticas.

b) O Rio Grande do Sul embora formando uma região densa e enriquecida pelo luar, estava situado a uma distância muito menor do centro, que cada vez se tornava mais plêtorico econômica e demograficamente falando graças ao paulatino advento do café, e por isso não obteve êxito na guerra farroupilha, que, aos poucos, foi dominada.

(15). — Vide Ellis Júnior, Boletins da Cadeira de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.

(16). — Washington Luís, *A Capitania de São Paulo e o Governo de D. Rodrigo César*.

Depois de haver percorrido ligeiramente, por alguns capítulos do passado humano, as repetições constatadas nos permitem resumir a questão, do seguinte modo:

- a) Há capítulos históricos que se repetem com absoluta identidade de linhas gerais, produzindo conseqüências absolutamente idênticas. Dessa situação resultam as leis que regem a história.
- b) Há, ao lado destes, capítulos históricos que se repetem com similitude, mas não identidade, produzindo resultados similares. Dêstes casos originam-se as regras históricas que, embora sem a rigidez das leis da história, conservam delas a imutabilidade.
- c) Há também fenômenos históricos que se repetem com analogia, isto é, com mais remota similitude, produzindo conseqüências análogas, ou seja, sem a constância e com menor regularidade que as anteriores. Dêstes casos, têm origem as normas históricas que não tendo tanta força quanto as leis e as regras, conservam o poder da orientação da história.
- d) Há, entremeados nos fenômenos antecedentes, anteriormente citados, uma série grande de fatos casuais que não se repetem e que apenas qualificam os supra mencionados, colorindo-lhes as minúcias, conformando-lhes os detalhes, mas não desvirtuando-os em suas linhas gerais.

Cada um dos capítulos históricos precisa ser analisado e examinado de per si, para que se verifique bem quais foram as causas que o produziram, as conseqüências deles projetadas, as leis históricas obedecidas, as regras históricas seguidas ou as normas que lhe orientaram a evolução, bem como as circunstâncias casuais que se fizeram sentir, adjetivando o fato principal. Só depois disso pode-se dizer que o fenômeno histórico está reconstituído ou pelo menos que uma tentativa nesse sentido foi feita.

*ALFREDO ELLIS JÚNIOR*

Professor catedrático de História da Civilização Brasileira da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo.